

# TRABALHO, EDUCAÇÃO E CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA APROXIMAÇÃO CRÍTICA EM TORNO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL- TECNOLÓGICA.

Maria Aline da Silva (autora)

Graduada no curso de Pedagogia da FECLESC-UECE

Antonio Macelo Pereira Sousa

Graduado no curso de Pedagogia da FECLESC-UECE

**RESUMO:** O referido trabalho é uma discussão em torno da educação, onde entendemos que esta, historicamente, vem sendo um reflexo das transformações que ocorrem no cerne da estrutura societária. Entendendo também que a Educação Profissional-Tecnológica é a modalidade que está inserida nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a mesma, procurando compreender sua função social dentro do contexto de crise posto pelo capital. Para responder nossas inquietudes, o trabalho, que tem o caráter teórico-bibliográfico e documental, será desenvolvido ancorado nos pressupostos da onto-metodologia, método elaborado por Karl Marx que tem no materialismo histórico dialético a base de referência para a análise e compreensão da realidade. Nossas conclusões iniciais são de que a educação profissional-tecnológica está permeada por princípios mercadológicos que servem unicamente de adestramento do indivíduo para o mercado de trabalho, servindo, portanto, ao sistema capitalista e contribuindo para a coisificação da educação.

Palavras-chaves: Educação Profissional-Tecnológica. Educação para Todos. Proposta Pedagógica. Crise Estrutural do Capital.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte integrante da monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará. O trabalho monográfico, por sua vez, integra as pesquisas que se desenvolvem no Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação, Estética e Sociedade (GPTREES), cadastrado na plataforma Lattes do CNPq em articulação ao Laboratório de Pesquisa sobre Políticas Sociais do Sertão Central (Lapps), ambos os organismos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), unidade acadêmica da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Esta investigação está diretamente ligada aos resultados obtidos a partir da análise do *corpus* levantado para pesquisa, a saber: *Projeto Ensino Médio Integrado no Estado do Ceará: Entre o mercado de trabalho e a formação humana*, contemplado pelo Edital N° 02/2010, programa de bolsas de produtividade em pesquisa e estímulo à interiorização (BPI-FUNCAP); *Graduação tecnológica no Ceará: contrastes e perspectivas do Instituto CENTEC/CE*, contemplado pelo Edital MCT/CNPq n° 014/2010 – Universal; e *Ensino médio integrado no Estado do Ceará: uma análise sobre a proposta pedagógica do empreendedorismo empresarial na escola pública*, contemplado pelo

Edital N° 05/2012, programa de bolsas de produtividade em pesquisa e estímulo à interiorização (BPI-FUNCAP).

A educação profissionalizante, conforme se apresenta nesta pesquisa, pode ser definida como a educação voltada para as classes menos favorecidas e que está ligada intimamente ao mercado de trabalho, tendo como função formar mão-de-obra para atuar no projeto de reprodução do sistema capitalista, distante, portanto, de uma educação que atenda ao desenvolvimento integral do homem.

Diante dessa constatação, é cada vez mais evidente que a educação profissional serve aos interesses do capital. O fato de ela ser oferecida somente aos filhos dos trabalhadores e atender a apenas a um dos aspectos do desenvolvimento humano – a saber, a formação profissional – só evidencia a sua função de se configurar como mais uma das artimanhas do sistema do capital neoliberal para manter a sua supremacia, e de ao mesmo tempo apaziguar sua relação com a classe trabalhadora, mantendo-a alienada e sob seu domínio.

A fim de manter viva a ideologia de que somente a educação, em especial a educação profissional, é que possibilitará a superação dos problemas trazidos pelo capital, se tem apregoado, nas últimas décadas, a urgente necessidade de se universalizar o ensino. No entanto, ao olharmos mais profundamente para esse fato iremos verificar que essa é uma necessidade do próprio capital, que atualmente enxerga a educação, e sua universalização, por conseguinte, como o instrumento pelo qual se estabelecerá as condições necessárias para o processo de desenvolvimento econômico. Ressalte-se que esse emaranhado de questões acerca da universalização do ensino contribui significativamente para o surgimento de um contexto permeado por profundas contradições, uma vez que até hoje esse projeto de universalização não se concretizou, pelo contrário, o que se assiste é uma rápida expansão da educação profissional, educação essa que está longe de ser universal. Sendo possível se perceber facilmente um forte apelo em torno dela, inclusive nos discursos dos governantes, sendo ainda defendida como necessária para o desenvolvimento do país no dito mundo globalizado. Nesse contexto, as políticas públicas atuam de acordo com as diretrizes do Estado, triunfando em nome das necessidades do capital, distanciando cada vez mais da possibilidade de tornar a educação um elemento possibilitador da emancipação humana.

Diante desse contexto, surgem questionamentos como: quais as políticas públicas voltadas para a educação, de modo particular para a educação profissional-tecnológica? E qual a verdadeira função delas?

Historicamente, no Brasil, é sabido que a educação profissional foi marcada pelo preconceito de estar sempre associada à formação profissional de classes menos favorecidas, além do caráter assistencialista que durante muito tempo, em especial nas suas primeiras manifestações, fez parte da sua função. Ao longo do tempo esse caráter assistencialista precisou ser desvinculado da função da educação profissional, no entanto até hoje continua sendo oferecida para as classes subalterna, para usarmos a clássica formulação de Gramsci.

Com a pretensão de aprofundar essa discussão, esta pesquisa levanta a seguinte problemática: qual o papel da educação profissional-tecnológica no contexto da educação para todos?

No que se refere ao complexo educativo, tem-se a educação profissional como a modalidade que ganha cada vez mais espaço no cenário brasileiro. Aliada ao processo de desenvolvimento do país, sendo a responsável pela formação de mão-de-obra, é uma das principais estratégias do capital na busca de fugir da crise pela qual enfrenta. Através desse tipo de formação o capital garante mão-de-obra barata, ao mesmo tempo em que diz oferecer aos filhos dos trabalhadores aquilo que é tão exigido por eles: um “ensino de qualidade” e a possibilidade de um emprego.

A educação profissional, de modo particular a rápida expansão dos cursos técnicos ou das escolas profissionalizantes, tem suscitado discussões no âmbito acadêmico, bem como a curiosidade de diversos teóricos que pesquisam o tema, existindo uma vasta bibliografia em torno do assunto. Aprofundar esse objeto, analisando-o criticamente, é contribuir para a sua compreensão, possibilitando-nos encontrar os instrumentos necessários para lutarmos por uma educação de qualidade, e, verdadeiramente, para todos.

Diante disso, acreditamos que o presente trabalho é bastante relevante, uma vez que é mais uma contribuição para as discussões em torno do tema, abrindo novas possibilidades para uma melhor compreensão sobre o assunto, hoje atualizado perante o processo de desenvolvimento brasileiro.

Para darmos conta das problemáticas postas por esse trabalho, temos como objetivo geral analisar criticamente a Educação Profissional-Tecnológica (EPT<sub>b</sub>)<sup>1</sup>, procurando compreender sua função social dentro do contexto da Educação para Todos (EPT). Para atingirmos nosso objetivo maior, buscando compreender a propagação em larga escala no contexto atual desse tipo de processo educativo, temos como objetivos específicos contextualizar historicamente a Educação Profissional-Tecnológica (EPT<sub>b</sub>) e avaliar a função social da mesma no contexto da crise estrutural do capital.

Para que nossas inquietudes sejam contempladas com êxito, o presente trabalho será desenvolvido ancorado nos pressupostos da onto-metodologia<sup>2</sup>. Calcado nesse método e sob os auspícios da ontologia do ser social consubstanciada no trabalho humano, buscamos adentrar profundamente no fenômeno em estudo, a fim de melhor compreendermos as relações existentes entre trabalho e educação, construídas ao longo da história, desvendando, portanto, o que há para além da aparência, e pondo em evidência a real compreensão dos fatos.

À luz da crítica marxiana, pretendemos ainda analisar o complexo educacional no contexto da crise do capital, de modo particular a modalidade Educação Profissional-Tecnológica, nosso objeto de estudo, a fim de que, compreendendo os seus desdobramentos, possamos contribuir para uma reflexão que possibilite a construção de uma educação verdadeiramente emancipadora.

Diante do exposto, entendemos que nosso estudo deverá ser pautado na abordagem quantitativa/qualitativa, uma vez que acreditamos que não haja uma separação entre elas, estando as mesmas sempre presentes em qualquer pesquisa desenvolvida. Mediante isso, propomos realizar uma pesquisa de caráter teórico-bibliográfico, objetivando aprofundar a discussão e o entendimento dos diversos pontos de vista relacionados à temática em questão. Acreditamos que isso nos possibilitará o contato com os conhecimentos científicos já produzidos a cerca do tema, podendo assim saber o que já foi evidenciado e o que ainda precisa ser investigado.

---

<sup>1</sup> Esse trabalho considera, em consonância com Farias, Freitas e Santos (2012) que a sigla EPT passou a ser utilizada inicialmente pelos organismos multilaterais para designar Educação Para Todos, todavia a literatura brasileira, sobretudo àquela ligada ao MEC, passou a usá-la como designação de Educação Profissional e Tecnológica. Entretanto, como isso não constitui um problema central na nossa pesquisa, não aprofundaremos essa coincidência terminológica. Não obstante, utilizaremos a sigla EPT<sub>b</sub> para designar Educação Profissional-Tecnológica no Brasil, diferenciando-a, portanto, da sigla utilizada para designar Educação para Todos.

<sup>2</sup> Método elaborado por Karl Marx que tem no materialismo histórico dialético a base de referência para a análise e compreensão da realidade.

Além da pesquisa bibliográfica, também utilizaremos a pesquisa documental, a qual nos possibilitará um melhor aprofundamento do nosso objeto de estudo. Para isso, nos propomos a discutir o documento Declaração Educação para Todos, proferido na Conferência Mundial da Educação, realizada em Jomtien na década de 1990, a fim de melhor entender o papel da educação profissional-tecnológica nesse contexto, bem como examinar as políticas públicas presentes nas legislações que regem a educação brasileira, em especial as que são direcionadas a Educação Profissional-Tecnológica. No que refere à legislação, tomaremos por base as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692/71 e a Lei 9.394/96), e os decretos nº 2.208/97 (governo Fernando Henrique Cardoso) e nº 5.154/2004 (governo Luís Inácio Lula da Silva). Através da discussão dos documentos mencionados buscaremos, pois, examinar o que eles mostram sobre os entraves entre educação profissional-tecnológica e formação humana.

Para realizar as reflexões propostas por esse trabalho, nos apoiaremos nas contribuições de importantes teóricos, que ancorados ao marxismo, cooperam para uma rica reflexão em torno da educação, a saber: Mészáros (2000), Saviani (1999a; 1999b; 1985; 2007), Tonet (2008). Também nos subsidiarão as reflexões de Ponce (1992), Manacorda (2006) e Romanelli (2009), bem como outras discussões travadas por Jimenez (2010), Mendes Segundo (2010), Rabelo (2010), Carmo (2010), Freres (2010), Santos (2005; 2007; 2012), entre outros que nos ajudarão a historiografar a educação brasileira. Acreditamos assim, que através da ontologia marxiana, que conduz o movimento do real, desnudaremos as relações estabelecidas em torno da educação, na busca da construção de uma humanidade emancipada.

Acreditamos que esse método é suficiente para explicar o fenômeno ora discutido, uma vez que somente ele nos possibilita analisar mais profundamente nosso objeto. Além disso, nos permite apontar a natureza e especificidades das relações sociais, principalmente as fincadas no capitalismo, nos possibilitando uma melhor reflexão em torno da problemática do trabalho e da educação, discussão essa que nos levará ao nosso objeto de pesquisa.

Justificando, pois, uma vez mais a importância desse trabalho, apesar de vários autores renomados já terem se debruçado sobre a temática, como Kuenzer, Frigotto, Cunha, Santos, dentre outros, julgamos necessário realizar mais uma reflexão

em torno do objeto, a fim de melhor compreendermos a função que a educação, em particular a educação profissional, exerce no atual contexto de crise do capital.

## **1. Palavras iniciais sobre a educação profissionalizante e seu contexto**

Partindo do princípio de que a educação profissional é vista historicamente como uma educação voltada para as classes menos favorecidas da sociedade, discutiremos como esse fato reforça ainda mais a desigualdade, posta a cabo em nosso país, assim como em qualquer outro Estado capitalista. Esse fato pode ser percebido na proeminente dualidade do ensino: de um lado, a preparação intelectual para a elite e extratos médio da sociedade, do outro, uma débil formação intelectual, uma vez que se trata de preparar os trabalhadores apenas para o ofício mercadológico imediato. Essa dualidade educativa por muitas vezes tem sido mascarada por “belos discursos” em torno de uma propagação de educação de *qualidade* para todos. Mas para além, o óbvio. O que se percebe de fato é uma educação que cada vez mais está atrelada aos interesses do capital, servindo aqueles que dominam.

Nosso trabalho se propõe ainda a discutir a estreita relação que existe entre a educação profissional e o discurso de se “formar” para atender as demandas do mercado de trabalho, sendo aquela colocada como responsável por garantir a continuidade do desenvolvimento do dito mundo *globalizado*. Considerando também que as políticas públicas estão cada vez mais favorecendo as Parcerias Público-Privada (PPP), criando oportunidades para que as iniciativas empresariais estejam cada vez mais atuantes, abordaremos como elas, principalmente as que estão voltadas para a educação profissional, servem aos interesses e exigências do sistema capitalista em sua luta para fugir e mascarar a atual crise crônica em que se encontra.

Para que possamos avançar sobre nossas pretensões, teremos que expor para o leitor que nossa investigação entende o conceito de crise estrutural do capital na esteira de Mézáros (2000). Dessa forma, resgataremos, de forma abreviada, que a história do desenvolvimento do sistema capitalista, desde o momento em que se consolida e passa a exercer a função de demiurgo societal, é marcada por sucessivas crises econômicas<sup>3</sup>. No entanto, numa análise mais profunda desse fenômeno é

---

<sup>3</sup> [...] de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram *catorze vezes* acompanhadas por crise; a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra. Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente *instável*, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente coartados por

possível observar que as crises são elementos constitutivos do caráter contraditório desse modo de produção, e essas são necessárias para a sua própria reestruturação. É o que comprova Netto e Braz (2008, p. 157) quando afirmam que:

a análise teórica e histórica do MPC<sup>4</sup> comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise** (negrito do original).

Entretanto, nas últimas décadas, mais precisamente desde 1970, a sociedade capitalista desfruta de uma das mais agudas crises do capital, sentida não somente pela economia, mas afetando todo o conjunto da humanidade, [...] *afetando cada aspecto da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais às mais mediadas dimensões intelectuais e culturais* (MÉSZÁROS, 2000, p. 15) Diferentemente das crises cíclicas do passado em que atingiam apenas uma esfera do capital, isto é, afetava somente uma das suas conjunturas, a crise atual é denominada pelo filósofo húngaro István Mészáros de *crise estrutural do capital*, [...] *a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos* (2000 p. 14). Tal denominação, conforme traz a própria expressão é de caráter estrutural e não mais conjuntural, além de afetar o capitalismo, entendido como a forma societal do capital, a crise afeta o próprio sistema, colocando-o de encontro com suas próprias contradições e fazendo ranger sua própria estrutura. É, portanto, o momento histórico da crise estrutural do capital.

Contrária à crise pré-capitalista que se caracterizou pela diminuição da força de trabalho, resultando numa redução da produção, a crise do capital atual é ocasionada pela superprodução dos valores de uso, que uma vez não sendo vendidas no mercado, não completam o círculo de valorização, não havendo, portanto, acúmulo de lucro. Isto é, a mercadoria não é convertida em dinheiro e conseqüentemente a mais-valia não se realiza. Conforme nos explica Netto e Braz (2008, p.158), na atual crise

não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca e, quando isto se evidencia, os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se

---

depressões, caracterizadas por falências, quebraadeiras e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria (NETTO e BRAZ, 2008, p. 156, itálico do original).

<sup>4</sup> Sigla utilizada por Netto e Braz para designar Modo de Produção Capitalista.

excessiva em relação à procura (demanda) e, então, restringe-se ao limite a produção.

Diante desse fenômeno, o capital busca se erguer promovendo mudanças não só no modo de produção, como também na própria reprodução social da ordem vigente, sob o julgo de continuar exercendo a sua total supremacia. A recessão mundial, ocasionada pela crise da superprodução, apesar de atingir a economia em âmbito mundial, promovendo uma desordem no seu interior, não enfraquece por total o sistema, pelo contrário, cria as condições necessárias para a nova ofensiva do capital, pautada principalmente no seu processo de reestruturação produtiva. Consta-se, portanto, que o modo de produção capitalista, bem como as relações criadas nele, *é constituído e dinamizado por contradições e só se desenvolve com a reprodução e ampliação dessas mesmas contradições* (NETTO e BRAZ, 2008, p.163).

A reestruturação no interior do modo de produção capitalista, baseado no esgotamento da acumulação taylorista-fordista e sua substituição para a acumulação flexível, sob o espírito do toyotismo, transformou o cenário mundial ocasionando profundas transformações não somente na esfera econômica, como já dito, como nas várias instâncias da vida social. Na política, vivencia-se a falência do Estado intervencionista e do Estado de Bem-estar Social Keynesiano, emergindo em seu lugar o Estado Neoliberal, que passa a ser disseminado não somente como política ou economia do Estado, mas também como um modo de vida.

O Neoliberalismo se configura em um dos principais elementos de sustentação do sistema capitalista, e sob ele o capital inaugura uma nova etapa do seu desenvolvimento. Em conformidade com o que afirma Santos, *o século XX assiste à fase mais desenvolvida do capitalismo e do sistema do capital*, no entanto, apesar de se apresentar ao mundo *como demiurgo do controle do metabolismo social* (2012, p. 46), o que se tem percebido é um aprofundamento exacerbado da precarização humana por meio da precarização do trabalho. Agora mais do que nunca o “trabalho vivo” passa por uma profunda desumanização. Isso porque, diante da nova ordem, a sociedade sob a lógica da valorização do capital, se converte em um grande mercado, onde tudo passa a ser comercializado e o que se produz não é mais para a satisfação das necessidades humanas, mas para atender as necessidades do mercado.

Através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o



capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica (MÉSZÁROS, 2000, p. 8, aspas do original).

Nesse contexto, o homem, abastado da riqueza que ele mesmo produz, passa a ser dominado e controlado por ela, não sendo mais dono de si mesmo, e tendo que viver sob as correntes opressoras do sistema do capital.

O neoliberalismo passa a ser um vírus que contamina todas as relações existentes na sociedade. Agindo principalmente no campo ideológico no sentido de moldar os indivíduos de acordo com sua lógica dominante, a política neoliberal consiste *em uma poderosa arma produtora de uma consciência alienada adequada à sociedade burguesa que tende a negar o sujeito humano-genérico* (ALVES e PUZIOL, S/ANO, p. 6), passando a valorizar somente o que ele é capaz de produzir.

Diante disso, percebemos que as políticas públicas, articuladas aos interesses do sistema neoliberal, cada vez mais acompanham as necessidades do padrão de reestruturação produtiva do capital. Diante dessas condições, a educação, como percebe Alves e Puziol (S/ANO, p. 6), *é tomada como meio para atingir o desenvolvimento da produção destrutiva do capital. Ao se tornar propriedade da burguesia e mercadoria nas prateleiras do sistema capitalista [...] a educação com sua conotação utilitarista e instrumental é apenas uma estratégia para a perpetuação na adequação do sistema capitalista cujas conseqüências são visíveis na precarização das condições de trabalho e na vida do indivíduo por completo* (ALVES e PUZIOL, S/ANO, p. 9).

Mediante a ideologia lançada pela nova configuração da ordem vigente, a educação passa a ser vista como elemento importante no processo de desenvolvimento mundial, sendo apresentada em muitos discursos como a responsável em pôr fim a todos os males enfrentados pela sociedade nos últimos séculos, dentre eles a desigualdade. Nesse sentido, Santos (2012, p. 132) afirma que:

a educação, no atual panorama de crise profunda, passa ainda mais a ser defendida como uma tábua de salvação para o buraco que se mete o capitalismo contemporâneo. Assim, em cadeia mundial, o campo educativo é apontado para o trabalhador como a principal bandeira de superação individual dos problemas estruturais do sistema do capital.

No entanto, o que se verifica de fato, é que a educação, ao lado do neoliberalismo e da *globalização*, se configura cada vez mais num importante elemento

de perpetuação do sistema, sistema este que necessita daquelas desigualdades para continuar sua supremacia. Destarte, mesmo diante desse contexto de profundas contradições, sendo por muitas vezes reduzida a apenas um mero fator no interior da produção, acreditamos que a educação pode *promover mudanças consideráveis na realidade social do modo de produção contemporâneo*, porém, *não sob a perspectiva economicista que prioriza uma educação alienada e submissa aos ditames capitalistas, mas no interior de uma práxis emancipatória que transcenda a lógica do capital* (ALVES e PUZIOL, S/ANO, p. 10).

Diante disso, é preciso que possamos compreender o processo educacional como um complexo que está articulado com o desenvolvimento da sociedade, refletindo assim suas transformações. Dessa forma, no momento em que a sociedade foi dividida em classes, essa divisão acabou por interferir na educação e a modificar a sua constituição inicial, bem como a sua função. Desde então, o complexo educativo passou a conviver com a característica de ser estruturalmente dualista, se acentuando cada vez mais nos dias de hoje. Para a elite e extratos médios, um ensino voltado para formar intelectuais, formar indivíduos que futuramente se tornarão os dirigentes da sociedade; para os trabalhadores, um “ensino” fragmentado, aligeirado e imediatista, voltado unicamente para as exigências e necessidades do mercado, ou seja, um ensino para formar mão de obra e servir como instrumento de sustentação para a supremacia do sistema capitalista. Com efeito, fica a cargo das escolas profissionais promoverem essa “educação”, uma vez que ela é uma das vias de oferta da formação necessária para o ingresso no mercado de trabalho e conseqüentemente responsável pela formação de mão-de-obra.

Ao adentrarmos na essência do problema é possível perceber o real interesse do Estado, mascarado nas promessas de uma rápida inserção no mercado de trabalho, através de ofertas de cursos profissionalizantes, e uma vida melhor aos filhos de trabalhadores. Com isso, além de obter mão de obra para dar continuidade ao acúmulo capitalista, o Estado através de seus dispositivos ideológicos pró-burguesia, ainda apresenta os cursos profissionalizantes bem mais atrativos para os jovens do que mesmo uma universidade, os levando a escolher um curso profissionalizante ao invés de um curso universitário. Se antes o ensino técnico dificultava ou mesmo continha o egresso dos jovens na universidade, hoje isso não mais acontece, visto que o ensino técnico também possibilita o acesso ao ensino superior, porém por via não universitária. O que

de fato ocorre é que, como já disposto anteriormente, são criados dispositivos ideológicos que levam os jovens a acreditarem que no contexto social o qual estão inseridos é mais válido ingressar num curso técnico do que numa universidade, uma vez que há a crença de que eles (os cursos técnicos) são a oportunidade de conseguir um emprego de modo mais rápido, possibilitando-os uma vida e um *status* melhor na sociedade. Nesse contexto, a educação acaba por se transformar em mera mercadoria, havendo uma verdadeira “mercantilização” do ensino, além de esta ter que se adequar as exigências do mercado.

Nessa perspectiva, a pesquisa justifica-se por considerar que diante da nova organização social do dito mundo *globalizado*, a educação, como podemos enxergar, se encontra cada vez mais atrelada aos interesses e necessidades do sistema capitalista, servindo quase sempre como a mola-mestra do desenvolvimento econômico do país.

Diante de tal constatação, defendemos que a educação de todo e qualquer indivíduo não deve está pautada unicamente para fins mercadológicos, mas formar o homem para o seu desenvolvimento completo. Assim, prejudgamos que ela não pode e não deve, mesmo no limite, se permitir moldar-se aos interesses do mercado, servindo à reprodução dos interesses das classes dominantes; ao contrário, sua função é ser instrumento que possibilite a realização de atividades emancipatórias, visando à superação do capital. Não obstante, é necessário que atentemos para o fato de que a educação por si só não é emancipatória, entretanto, pode ser um importante instrumento para a efetivação dessa emancipação, uma vez que cumpre papel notório no processo de reprodução do ser social.

Podemos concluir, portanto, que a educação, nos dizeres populares, é uma “faca de dois gumes”, uma vez que ao mesmo tempo em que possibilita a formação humana, é também *um poderoso instrumento ideológico de controle do capital sobre a reprodução social* (TONET, 2008, p. 9). É o que nos reforça Lima e Jimenez (2011, p. 1) quando afirmam, sob a análise lukacsiana, que *o complexo da educação, conquanto impelido a manter o sistema de acumulação privada e a exploração do homem pelo homem sob o capital, pode constitui-se em espaço para objetivações teleológicas voltadas á emancipação humana*. Sendo assim, conforme a proposta de Tonet (2008, p. 9) *o que, segundo nos parece, se pode e deve pensar são atividades educativas – portanto, não a educação no seu conjunto – que estejam inseridas na luta pela transformação radical da sociedade*.

Em linhas gerais, podemos adiantar que a educação, entendida como um complexo social fundado pelo trabalho, ao longo da história foi se desdobrando em formas diferentes, respondendo, dessa forma, às exigências da sociedade e de suas relações. Assim, em determinado momento da história, mais precisamente no momento em que o homem necessita dar continuidade a substância do gênero humano no processo de reprodução social, é possível encontrá-la somente em sentido *lato*, enquanto que em outras formações sociais, além dessa educação em sentido geral, também são encontradas práticas educacionais em sentido *estrito*. Para que possamos compreender melhor esses desdobramentos, é necessário que conheçamos as especificidades de cada uma, mesmo que em grandes linhas.

Entendemos que a educação, considerada em sentido *lato*, é um complexo universal, estando presente em todas as formas de organização social. Desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento do ser social, ela permite ao homem, como indivíduo singular, se apropriar das características comuns ao seu gênero, possibilitando a sua continuidade enquanto ser genérico e enquanto ser social. Como nos mostra Lima e Jimenez (2011, p. 11) é através da educação que *cada indivíduo singular se apropria das objetivações que constituem os traços da sociabilidade, as características humano-genéricas produzidas pelos próprios homens*.

Enquanto que a educação em sentido *lato* é um complexo universal que comparece na totalidade social e se dá de forma espontânea, a educação em sentido *estrito* surge no momento em que a sociedade é dividida em classes, passando a atender não interesses universais, mas interesses particulares, ou seja, passa a servir a uma classe social e aos seus interesses. É evidente, portanto, que essa educação serve aos donos do poder, garantindo, pois, a sua perpetuação e a sua supremacia perante as classes subalternas.

Vale salientar que a educação em sentido *estrito*, que surge como uma diferenciação no interior da educação em sentido *lato*, não substitui esta. Como nos esclarece Lima e Jimenez (2011, p. 14-5) *o que se estabelece efetivamente é uma relação de mútua influência entre ambas*, na qual, continua as autoras:

a diferença fundamental entre educação em sentido *lato* e educação em sentido *estrito* consiste no caráter universal da primeira e na dependência da divisão de classes da segunda. Por outro lado, em sentido *lato*, a educação é reproduzida espontaneamente e não pressupõe a divisão de classe; já em sentido *estrito*, sua reprodução é influenciada pelos antagonismos de classes.

Diante do cenário complexo e paradoxal que ora se desenha, considerando os desdobramentos da educação e a função que ela vem exercendo no atual sistema capitalista, julgamos de suma importância que haja uma reflexão crítica em torno dela a fim de encontrarmos subsídios para lutarmos por uma educação verdadeiramente para todos, que vise à formação humana, e que nos possibilite deslindar a realidade falseada que nos cerca.

## **2. A educação e seus desdobramentos capitalistas: algumas considerações.**

A educação, entendida como um complexo social que tem no trabalho sua categoria fundante, foi essencial para a reprodução do gênero humano, uma vez que possibilitou ao homem *à apropriação dos elementos sociais que compõem a essência humano-genérica, exigidos [...] em cada momento concreto do desenvolvimento humano* (LIMA e JIMENEZ, 2011, p. 10). Além disso, teve papel fundamental no processo de humanização do homem, isto é, na passagem do homem meramente biológico para ser social. Entretanto, no decorrer do desenvolvimento desse homem e de suas relações sociais, ela vem sofrendo transmutações que modificaram radicalmente a sua função inicial, revestindo-a com novas roupagens. Assim, historicamente ela passa a ser um reflexo das transformações que ocorrem no cerne da estrutura societária e conseqüentemente das relações sociais construídas no seu interior. Diante dessas transformações, ela vem se constituindo também como um instrumento que cada vez mais está atrelada ao modelo de desenvolvimento da sociedade, servindo, mesmo que com autonomia relativa, como mola propulsora desse desenvolvimento.

Diante desse contexto e dentro do que pretende nossa pesquisa, que é entender o papel da Educação Profissional-Tecnológica (EPT<sub>b</sub>) no contexto da Educação Para Todos (EPT), se faz necessário em primeira instância, pela coincidência terminológica dos termos, alguns esclarecimentos no que diz respeito as suas definições.

Chamamos de EPT<sub>b</sub> a terminologia que passou a ser utilizada pelos teóricos que discutem o assunto no Brasil, sobretudo os ligados ao Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/Ministério da Educação Brasileira (MEC), que passaram a usar tal sigla para designar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No caso específico desta pesquisa, adotamos como pressuposto o entendimento de que a Educação Profissional se define como o processo educativo que traz no seu caráter

histórico a característica de ser voltada única e exclusivamente às classes menos favorecidas da sociedade. Vista como a “educação dos pobres”, uma educação aligeirada, fragmentada e com uma débil formação intelectual, com a função única de formar mão-de-obra para atender a necessidade mercadológica do sistema capitalista, ou seja, preparar o indivíduo para perpetuar a reprodução do capital de forma acrítica. Com a influência do ideário neoliberal, fortemente propagado na década de 1990, essa função é cada vez mais posta em evidência, explicitando a estreita relação entre o mercado e a escola. Relação esta que aprofunda cada vez mais o que chamamos de “mercantilização do ensino”.

Já a sigla EPT é utilizada pelos Organismos Multilaterais<sup>5</sup> - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (BM), principais organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras agências multilaterais para designar Educação Para Todos. Esta surge na década de 1990 (Ano Internacional da Alfabetização) na Conferência Mundial da Educação realizada em Jomtien/Tailândia, quando foi proferida a Declaração Mundial de Educação Para todos, que teve como meta revitalizar o compromisso mundial de educar todos os cidadãos até 2025.

A Conferência de Jomtien, sendo a primeira de toda a avalanche de conferências e fóruns mundiais e nacionais em torno da educação, representou, reconhecidamente, um marco no pensamento educacional contemporâneo. Entretanto, ao olharmos o outro lado da moeda, iremos perceber que acaba por mascarar as profundas contradições postas pela crise do capital e ofuscadas pelo belo discurso de propagação de uma educação “ilusoriamente” para todos.

Sobre esse movimento, Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010) afirmam que sua constituição além de contribuir com a expansão do mercado, enfraquece as possibilidades de uma luta revolucionária em prol de uma educação verdadeiramente para todos. Diante desse fato, podemos constatar, portanto, que o movimento de Educação Para Todos nada mais é do que uma grande aliança entre governo, empresariado e organismos multilaterais, por meio dos quais o capital comanda e

---

<sup>5</sup>Também chamados de Organismos Intergovernamentais são aqueles que institucionalizam relações entre os Estados, em que os representantes nacionais são encarregados de defender, pelo menos teoricamente, não seus interesses individuais, mas interesses e políticas de seus países.

monitora o processo de reforma na educação, engendrado, em última instância, sob os interesses do sistema capitalista.

Nos anos de 1990, passou a ocupar lugar de destaque na política neoliberal, o discurso de uma formação para todos, onde encontramos ao mesmo tempo um profundo descompasso entre o que se apresenta nessa defesa e o que é efetivamente entregue aos trabalhadores e seus filhos na forma de educação profissional, restrita aos fazeres da produção e, destarte, longe de uma formação integral nos moldes do marxismo.

Entendendo a importância do contexto político, econômico e social para a compreensão do complexo educacional e a fim de compreendermos melhor esses termos que permeiam o universo educativo, é necessário que analisemos, em linhas gerais, o cenário que se desenha em torno da propagação de uma Educação Para Todos.

Para isso, necessariamente, faremos um recorte temporal para melhor análise dos fatos e assim discorreremos sobre alguns acontecimentos importantes ocorridos entre as décadas de 1970 e 1990 e a influência destes para a educação.

O período do pós II Guerra Mundial, que traz como padrão de desenvolvimento o taylorismo-fordismo e credita suas forças no Estado de Bem Estar Social, é vivido por muitos países como os *anos de ouro da indústria* ou os *trinta anos gloriosos do capital*, conforme a denominação de Hobsbawm (1995). Esse período é caracterizado por um rápido desenvolvimento econômico: traz resultados satisfatórios para a expansão do mundo capitalista que, agora então, encontra condições mais favoráveis à sua organização. Entretanto, o fim da década de 1960 e início da década de 1970 põe fim a essa onda expansionista do capital, ao inaugurar uma crise profunda, que ao se alastrar no seu interior trava o ritmo de crescimento dos países industrializados e a própria estrutura do sistema capitalista.

Podemos afirmar, entre alguns outros acontecimentos, que dois fatores importantes estão na origem dessa crise e anunciam o fim da ilusão dos anos dourados do capital. São eles: a desregulamentação do Sistema Monetário Internacional, ocasionado pelo colapso do ordenamento financeiro mundial, que traz como consequência a decisão dos Estados Unidos de desvincular o dólar do ouro, rompendo com os acordos de *Bretton Woods*<sup>6</sup>. Acordo esse que convencionou o padrão-ouro como

---

<sup>6</sup>A Conferência de Bretton Woods ocorreu na Inglaterra, em 22 de julho de 1944, e além de estabelecer um Sistema Monetário Internacional (SMI) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), também teve como objetivo promover a cooperação internacional através das instituições monetárias, facilitar a expansão do comércio internacional e segundo Santos (2007), *como principal ponto de pauta, instrumentalizar o*

lastro para o comércio internacional e a conversibilidade do dólar em ouro, passando, assim, a ser referência a todas as economias ocidentais. O choque petrolífero<sup>7</sup> (crises em 1973 e 1979), por sua vez, também é apontado pela literatura econômica, como outro importante fator que explica a crise (NETTO e BRAZ, 2008).

As consequências dessa crise sem precedentes na história da humanidade são enxergadas não só na economia, como também recai na própria estruturação do Estado. Nesse período assistimos a falência do *Welfare State*<sup>8</sup> o qual, como sabemos, por algum tempo atuou como agente organizador da economia, mas que diante da crise não mais conseguiu atender plenamente as regalias do capital. Com isso, vimos o mundo capitalista aprofundar definitivamente sua crise.

A fim de dar respostas exitosas às consequências postas pela crise o sistema lança uma estratégia crucial que, conforme avalia Netto e Braz (2008, p. 214), se articula sobre um tripé: “a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal”, que configura o pontapé inicial da “restauração do capital”. Essa estratégia transformará largamente a cena mundial e passará a fazer parte da pauta da “nova ordem mundial”. Não obstante, ainda diante do cenário de crise, o capitalismo inicia uma busca desesperada por onde se ancorar, e sob o pó dos escombros do binômio taylorismo-fordismo, das políticas keynesianistas e do Estado Providência ele busca se redefinir e garantir sua eficiência.

No Brasil, a década de 1970 é permeada pela conturbação política vivida pela Ditadura Civil-Militar (1964-198?)<sup>9</sup>, a qual, para Saviani (1999, p.21), *foi*

---

*mundu para ajudar na reconstrução dos países derrotados na segunda guerra mundial* (p. 48).

<sup>7</sup> Este tem início quando se percebe que o recurso natural em questão não era renovável, e diante dessa constatação óbvia (ou utilizando isto como pretexto) a Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP determina o aumento acentuado do preço do petróleo. Esse aumento conseqüentemente traz uma diminuição na procura pelo produto, um aumento da inflação e do desemprego, ocasionando a crise e até mesmo a falência de muitas indústrias consideradas tradicionais.

<sup>8</sup> Também chamado de Estado de Bem estar Social ou Estado- Providência, o *Welfare State* se fundamenta na política econômica de Keynes, e se definiu como um tipo de organização e que coloca o como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com o país em questão. Cabe ao Estado do garantir serviços públicos e proteção à população.

<sup>9</sup> Não há um consenso entre os autores que debatem o assunto sobre a data final da Ditadura Civil-Militar. Uns apontam 1985, outros preferem apontar 1986 por ocasião da eleição direta para presidente, onde Collor foi eleito, e ainda há uma terceira opção, na qual alguns autores propõem 1988 como sendo o fim do regime autoritário por ocasião da promulgação da Nova Constituição. Na verdade, essa confusão em torno do fim da ditadura é propícia e necessária, uma vez que para a burguesia cai bem que não pensemos ao certo se a ditadura acabou ou não. Para ela é mais eficaz pensarmos que a ditadura é um caos, que está pronto a ressuscitar tão logo apareçam novas ameaças à Ordem (2000, p. 16) conforme coloca o professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense, Daniel Aarão Reis Filho.



*considerada necessária pelos setores economicamente dominantes para garantir a continuidade da ordem socioeconômica*, trazendo como proposta educacional a concepção pragmaticista de que o ensino deve estar atrelado às necessidades imediatamente econômicas e exigências do mercado de trabalho. Tal concepção se fundamenta na *Teoria do Capital Humano*<sup>10</sup>, que percebe a educação como elemento indispensável ao processo de acumulação do capital, sendo também utilizada como meio de inculcação da ideologia do governo autoritário. Essa concepção é traduzida pela Reforma do ensino de 1º e 2º graus, conhecida também como Reforma Jarbas Passarinho, editada pela Lei nº 5.692 de 1971. Para Saviani (1999) *a reforma resultante dessa legislação alterou sensivelmente a estrutura do ensino até então vigente*, o que pode ser percebido principalmente nas mudanças estabelecidas no ensino de 2º grau. Conforme coloca o autor, *em lugar de um ensino médio subdividido horizontalmente em ramos, instituiu-se um curso de segundo grau unificado, de caráter profissionalizante, albergando, ao menos como possibilidade, um leque amplo de habilitações profissionais*. De modo mais simplificado, o espírito da legislação revela que *“o ensino técnico e o de segundo grau passariam a ser um só, e, toda escola de ensino propedêutico passaria, também, a ser escola técnica, portanto, criando a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no segundo grau”* (SANTOS, 2005, p. 6).

Ao tornar compulsória a profissionalização do então nível de 2º grau nas escolas públicas e privadas, a reforma do ponto de vista legal, elimina a dualidade histórica presente na educação (educação geral *versus* formação profissional). Entretanto, numa análise mais profunda desse complexo social, desvendaremos uma realidade completamente distinta. A verdadeira intenção dessa reforma na visão de Santos é revelada na tentativa de *“adequar o sistema de ensino às novas transformações do mundo do trabalho e, é claro, a tentativa de inibir o ingresso dos filhos dos trabalhadores secundaristas ao ensino superior”* (2005, p. 6). Portanto, tal reforma não deve ser considerada como o fim do dualismo educativo, mas a

---

<sup>10</sup> Teoria desenvolvida por Theodore Schultz, ganhador do Premio Nobel de Economia, nos anos 1960, surgida por ocasião da Conferência sobre Investimento em Capital Humano, onde a prática educativa é vinculada aos ditames do modo de produção capitalista. A mesma *defendeu posteriormente a tese de que a educação torna as pessoas mais produtivas, assim sendo, introduziu a idéia de "capital educacional" relacionando-o especificamente aos investimentos em educação*. Esta concepção se situará na base da *Teoria do Capital Humano, desenvolvida posteriormente por Gary Becker nos anos 1980, que, por sua vez, oferecerá o fundamento teórico e ideológico dos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial, que passará a encarar o ensino técnico e profissional como essencial à sustentabilidade da ordem do capital* (SANTOS, JIMENEZ e MENDES SEGUNDO, 2011, p. 5).

perpetuação do mesmo, uma vez que traz um distanciamento ainda maior das possibilidades de uma educação de qualidade para os filhos dos trabalhadores.

Ao final dos anos 1970 e início da década seguinte, esgotava-se politicamente a sustentação da ditadura e iniciava-se um processo de retomada da dita democracia. Isso fez resultar uma reorganização e um fortalecimento da sociedade redemocratizada, que aliados à proposta de políticas educacionais cada vez mais sistematizadas, faz com que o Estado brasileiro reconhecesse o retumbante fracasso que foi a política educacional, especialmente a educação profissionalizante. É válido afirmar que diante disso, o governo assumindo a sua falha, promulga a Lei nº 7.044/82<sup>11</sup> que torna opcional a oferta de ensino profissional.

Enquanto que no cenário brasileiro se saboreava a “volta da democracia”, no cenário mundial se enxergava uma busca frenética do sistema capitalista para se reestruturar e garantir sua perpetuação, como já disposto. Para que isso venha acontecer, profundas transformações foram efetuadas na estrutura do Estado e da sociedade como um todo.

O novo arcabouço que se delineia está solidamente fincado sobre um tripé que sustenta e justifica a atual fase do capitalismo, a saber: a Globalização, no plano ideológico-cultural, o Neoliberalismo na leitura político-econômica da realidade e a Pós-Modernidade na via teórico-acadêmica. Juntas essas categorias formam o triângulo que inaugura a “nova ordem mundial” na tentativa de segurar o sistema do capital em crise profunda (SANTOS; COSTA, 2012). Podemos afirmar que o elemento que possibilita essa sustentação é o Estado e este serve como base de equilíbrio, permite a viabilidade econômica e o funcionamento perene do acúmulo do lucro. É ele o responsável por criar as legislações necessárias para a execução das regras ditadas pelas necessidades do capital.

Não podemos deixar de mencionar que a década de 1990, além das grandes transformações econômicas e políticas, também foi palco de grandes discussões em torno da educação, onde esta é redescoberta como campo fértil de investimentos. Como exemplo da onda de acordos internacionais e nacionais que permearam essa década fecunda, adiantamos de forma sucinta a Conferência Mundial de Jomtien, ocorrida na Tailândia, como já dito. Esse evento teve como principais idealizadores os organismos

---

<sup>11</sup> Alguns estudiosos consideram essa lei como sendo a nossa terceira LDB, outros argumentam que ela não pode ser considerada uma LDB, uma vez que apenas revoga um dos artigos da Reforma nº 5.692/71, conhecida também como Reforma Jarbas Passarinho, a qual se refere a compulsoriedade do ensino profissional.

multilaterais UNESCO, UNICEF, PNUD E BM, que em consonância com o grande capital, serviu de prumo para o avanço das políticas neoliberais no campo da educação.

No preâmbulo da Conferência de Jomtien é proclamada a Declaração da Educação para Todos, objeto de discussão desta pesquisa, que teve como objetivo principal a universalização do ensino. De acordo com essa declaração era apregoado que a precariedade da educação nos países pobres se constitui como o grande empecilho para o desenvolvimento econômico e que somente por meio dessa universalização é que seria possível estabelecer as condições necessárias para a instituição de uma sociedade democrática, moderna, científica, industrial e plenamente desenvolvida. O que explica a necessidade de uma educação para todos. Diante disso, *“os representantes do capital disseminam a ideia de que a educação pode contribuir para a construção de um mundo mais justo, mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro sem oferecer riscos de ruptura à lógica do mercado”* (FRERES, et al. 2010, p. 36, grifo nosso). Cabe aqui abrir um parêntese para dizer que não há um mundo justo se este estiver sob a lógica incorrigível da estrutura capitalista, uma vez que esta se baseia nas relações de desigualdade e exploração.

Tal constatação acentua cada vez mais o caráter redentor da educação propagado sob a égide neoliberal, onde aponta a educação como sendo a mola-mestra do desenvolvimento econômico, o instrumento de efetivação da democracia e a “cura” das desigualdades sociais postas pela estrutura contraditória e incorrigível do capitalismo. Entretanto, conforme analisa Santos, Jimenez e Mendes Segundo *a tese de que a “educação é um instrumento fundamental para a efetivação da democracia”, considerada como o “tipo de organização de sociedade em que se superam as desigualdades sociais”, constitui-se uma análise superficial da realidade* (2010, p. 73, aspas do original). Ao adentrarmos profundamente no fenômeno em questão, iremos perceber que de fato essa tese não se aplica, exatamente por que, como continuam os autores:

- a) não é a educação a atividade central do mundo dos homens, conforme indicamos acima, portanto, não se deve a ela a construção de outra forma de sociabilidade, seja qual for;
- b) a origem das desigualdades sociais está na própria forma de organização social, que tem como base a exploração dos homens pelos homens, portanto, enquanto essa forma de sociabilidade não for superada, tais desigualdades também não o serão;
- c) a democracia não é a alternativa de organização social que eleva a humanidade a um patamar superior de sociabilidade, pois ela possui seus limites históricos no próprio

sistema que a criou; d) a luta por outro patamar de organização social é uma atividade prática dos homens – que tem, no trabalho, o modelo de toda práxis – e visa a superação do capital (idem).

Configurando o desenho do novo cenário educacional permeado por contradições, a educação assume uma nova conotação e dela é exigida mudanças nos seus papéis sociais. Atrelada à proposta neoliberal de desenvolvimento e diante da exigência do mercado competitivo em época de *globalização* econômica a educação passa agora a ser responsável pela (de)formação do trabalhador, não mais do trabalhador monotécnico do taylorismo-fordismo, mas de um *novo* tipo de trabalhador e de homem.

Diante disso, a educação, por vezes, deixa em segundo plano sua função principal que é proporcionar ao indivíduo a apropriação dos conhecimentos elaborados historicamente pela humanidade e passa a ter como finalidade a mera preparação para o mercado de trabalho. Entendida como trampolim desse novo padrão de desenvolvimento econômico, a mesma passa a ser vinculada a possibilidade das pessoas terem acesso ao mercado de trabalho, e sendo permeada por esses princípios mercadológicos concretizam profundamente a coisificação da educação.

Atualmente com o aprofundamento da crise estrutural do capital iniciada ainda nos limiares da década de 1970, “o complexo da educação torna-se a principal estratégia ideológica administrada pelos organismos internacionais, que reconfiguram políticas e diretrizes de ensino, em âmbito mundial, sobretudo nos países pobres”, (Santos, *et al*, 2010, p. 157 ), onde se dissemina a falsa ideia de uma educação redentora, capaz de construir uma nova sociabilidade e por fim as desigualdades existentes.

No atual quadro da crise estrutural do capital, a educação, e de forma particular a formação profissional, passa a representar as “meninas dos olhos de ouro” do sistema capitalista e são reeditadas no plano ideológico como estratégia de garantia da incontestabilidade do mercado, de manipulação da consciência do trabalhador, de adequação “passiva” deste na sua atual condição, o que em contrapartida garantirá mão-de-obra qualificada para a acumulação do lucro capitalista e indivíduos socialmente conformados.

Diante da discussão ora proposta, podemos concluir que o projeto de reestruturação do capital frente a sua crise crônica coloca a educação como um dos seus principais campos de atuação. Embebido do discurso neoliberal a educação passa a ser

atrelada ao “mundo do trabalho”<sup>12</sup>, fornecendo-lhe a mão-de-obra necessária para manter seu *status quo*. Dessa forma, percebemos que há um profundo retrocesso no que se refere ao desenvolvimento das nossas políticas educacionais e das suas reformas, visto que jamais conseguiram eliminar a histórica dualidade da educação e muito menos universalizar o ensino de qualidade apregoado no discurso de uma educação para todos. Pelo contrário, se observarmos a história da educação iremos perceber que o projeto de universalização da educação nunca se concretizou de fato e a educação para todos é mais um discurso ideológico do que uma realidade concreta.

Podemos, portanto, afirmar que nunca houve uma universalização da educação, por dois motivos: primeiro porque a educação é historicamente dualista: uma educação voltada para a formação da elite e uma dita “educação” ofertada aos filhos dos trabalhadores. Em segundo lugar, por que há uma particularização da educação. A burguesia, proprietária dos meios de produção se apropria também do complexo educativo, moldando-o as suas necessidades. Nesse contexto, a educação, longe de ser universal, se torna propriedade particular de uma classe social, que a utiliza como instrumento para atender seus interesses e garantir a sua continuidade e supremacia.

Uma educação universal, única e para todos como defendia Antonio Gramsci, entre outros teóricos, só se concretizará quando indivíduos singulares, independentemente da classe social a que pertence, tiverem direito ao mesmo tipo de educação e quando esta não for particularizada a nenhuma classe social. Enfim, somente quando todos, no sentido mais profundo da palavra, tiverem direito a uma educação de qualidade é que podemos dizer que há uma universalização da educação. E como esta pressupõe uma sociedade sem divisão de classes, sem desigualdades, só será possível uma educação verdadeiramente universalizada quando rompermos com as amarras opressoras do sistema capitalista, superando o *sócio-metabolismo da barbárie* (ALVES e PUZIOL, S/ANO, p. 2).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>12</sup>Esse é um termo ideológico utilizado pelos donos do poder, contrário a aquilo que defendemos, uma vez que acreditamos que o trabalho não deve está atrelado a produção de mercadoria e reprodução da exploração da força de trabalho, pois se constitui como o fundante do homem e de todos os complexos sociais.

A guisa de conclusão, podemos expor que diante das discussões travadas nesse trabalho, torna-se cada vez mais urgente buscarmos mediações, onde possamos lutar por uma educação que atenda a formação da totalidade humana, negada ao longo da história.

Ao recorrermos à contextualização histórica em torno do complexo educativo, constatamos que a dualidade deste, traçada na estreita relação entre trabalho e educação, é histórica e perpetua-se aos dias atuais, sendo enxergada no tipo de ensino que é oferecido a cada classe social. De um lado, uma educação voltada para formar os dirigentes da sociedade; do outro, um ensino para formar os trabalhadores, reprodutores do sistema capitalista, deixando clara a divisão entre os que pensam e os que fazem.

É possível perceber nessa dualidade, que a educação oferecida à classe trabalhadora é sempre uma educação fragmentada, aligeirada e de qualidade pendular, que se volta somente às necessidades imediatistas do mercado de trabalho, reduzindo-a a uma mercadoria passível de ser comercializada.

Essa mercantilização da educação foi ainda mais agudizada quando na década de 1970 o sistema capitalista esteve assolado por uma crise profunda, o que contribuiu para modificar a sua própria estrutura e dos demais complexos sociais construídos a sua volta. Frente a essa crise, o capital precisou passar por um profundo processo de reestruturação, criando mecanismos diversos para fugir dessa crise e/ou mascará-la. A educação, entendida como um complexo que também está sob os domínios capitalistas, nesse contexto, é também reconfigurada, passando a ser articulada às novas demandas do capital. Nesse sentido, a escola é convocada a se organizar para atender a uma instrução meramente mercantilista e imediata, alinhada às necessidades burguesas, onde passa a ter uma dupla função: ao mesmo tempo em que forma seus líderes, adentra o trabalhador para o mercado reprodutor do capital.

Tendo como função principal transmitir os conhecimentos produzidos pela humanidade, diante do cenário que vai se desenhando, contraditoriamente a educação nega esse conhecimento, ou o reduz a mera instrumentalização de técnicas necessárias ao mercado, entregue aos filhos dos trabalhadores em forma de uma educação de qualidade pendular. Nossos esforços se concentram, pois, em mostrar que é direito de todos o acesso a esse conhecimento, uma vez que somente ele permitirá a compreensão da realidade na sua totalidade, bem como a instrumentalização do trabalhador no

sentido de produzir as condições subjetivas necessárias para transformar a realidade, reconfigurando tanto as relações de trabalho, bem como as relações sociais.

Diante dessa nova reconfiguração do capital, a educação aparece como um dos seus principais campos de atuação, encontrando nela o espaço ideal para a disseminação das suas ideologias e a reprodução das suas relações. Isso se torna possível porque a burguesia, sendo proprietária dos meios de produção, também se torna proprietária do conhecimento produzindo, podendo moldá-lo às suas necessidades.

Perante as políticas neoliberais que conduzem o projeto reestruturante do capital, a educação ganha novos contornos, passando agora a ser disseminada como a redentora dos problemas sociais, econômicos e políticos próprios das contradições do sistema do capital. Ancorado em autores que buscam compreender a realidade sob a luz marxiana, entendemos que a educação não deve ser vista sob a perspectiva de salvadora da humanidade, uma vez que não se configura como atividade central das relações dos homens e não se deve a ela a construção de outras formas de sociabilidade. A raiz desses problemas se encontra na própria forma de organização social, que tem como base a exploração do homem pelo homem, comandada pelo capital. Acreditamos que a superação de todos os problemas supracitados só será possível com a superação da forma de sociabilidade posta pelo capital.

Entretanto, mesmo considerando que a educação não pode ser posta como a única responsável pela solução dos problemas criados pelo capital, acreditamos que ela é um importante instrumento que canaliza a efetivação da emancipação humana. A nosso entender, a escola não pode tudo, mas pode muito, como acreditava Paulo Freire. Portanto, compreendemos que atividades educativas, quando baseadas numa práxis transformadora, podendo ser mediada com os demais complexos sociais, possibilita a formação de um sujeito organicamente comprometido com sua classe e capaz de construir uma ordem social dignamente compatível com a emancipação humana.

Contudo, na atual conjuntura de crescimento vertiginoso das ideias neoliberais, em especial na década de 1990, a educação passa por um processo de reforma, ganhando destacada importância. Acredita-se que ela pode dar grandes contribuições, passando a ser enxergada, portanto, como campo fértil de investimentos pelos que comandam o capital. Tal pensamento expõe claramente o interesse neoliberal de atar o complexo educativo com a mercadoria, de forma que sejam indissociáveis. Diante disso, na década já citada, presenciamos uma onda de discussões em torno da

educação, onde esta passa a ser alvo de diversas conferências, fóruns, reuniões, comandadas pelos organismos internacionais, responsáveis pelo monitoramento das reformas educativas. Uma das grandes discussões em torno da “mercadoria” educação, como esta é considerada pelo sistema do capital, foi a Conferência de Jomtien, onde é proferido o documento Declaração Mundial sobre Educação para Todos, objeto de discussão dessa pesquisa. A universalização do ensino, de modo particular o ensino básico, é o principal objetivo da conferência. Analisando mais profundamente esse objetivo, trazendo à tona o que está para além da aparência, verificamos que esse contexto é permeado por grandes contradições. Primeiro por que há um paradoxo nesse momento, uma vez que a universalização do ensino é apregoada ao mesmo tempo em que há forte propagação da educação profissional, uma educação que não pode ser considerada universal. Podemos expor, ainda, que por trás do desejo de se universalizar o ensino está o fato de que se acreditava que, mediante a isso, iria se criar as condições necessárias para o desenvolvimento econômico do país. Revela-se, portanto, o real interesse desse propósito, bem como a quem serve.

Alertamos ainda que, por trás do seu caráter romântico, o movimento Educação para Todos é um movimento liderado por empresários em torno de uma educação que denominam de “qualidade”. Contudo, nesta qualidade está circunscrita as habilidades e as competências empreendedoras necessárias ao capitalismo contemporâneo.

Diante dessa e outras discussões travadas em torno de documentos referentes à educação, particularizando a educação profissional, asseguramos que as políticas públicas voltadas a esta, se encontram cada vez mais subservientes ao mercado, triunfando em nome das necessidades do capital. Atuando de acordo com as diretrizes do Estado, que passa a adotar o modelo neoliberal, as políticas educacionais são elaboradas de modo que possam, ao mesmo tempo, dar respostas às reivindicações das classes dominadas e contemplar os donos do capital. Entretanto, estes últimos serão os grandes beneficiados, sobrando aos menos favorecidos as migalhas de uma educação dita de *qualidade*.

Na atual configuração, a formação profissional proposta pela burguesia e subjugada às fronteiras das urgências imediatas do processo produtivo consiste em adestrar e subordinar o trabalhador ao caráter imediato da produção, desvalorizando a formação intelectual em benefício da prática. Nesse sentido, nossas considerações



apontam na direção de negarmos completamente esse tipo de educação, uma vez que vão de encontro às necessidades do capital, distante, portanto, de uma educação emancipadora.

Para isso, defendemos a proposta de uma escola única e unitária, que não admita subordinar a política educacional ao economicismo e às determinações do mercado, reduzindo-a aos treinamentos para preenchimento de postos de trabalho, buscando assim superar o histórico dualismo da organização social brasileira. No entanto, em consonância com o pensamento gramsciano, entendemos que a consolidação dessa escola única e unitária não será possível numa sociedade em que suas relações são regidas pela lógica do capital. Precisamos, pois, superar essa forma de sociabilidade para que seja possível a construção da tão sonhada educação gratuita, laica, de qualidade e verdadeiramente, para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni; PUZIOL, Jeinni. As metamorfoses do mundo social do trabalho e a educação profissional. S/ANO. Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/files/UfTjNA\\_Fd.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/files/UfTjNA_Fd.pdf). Acessado em 30/09/2012.

BRASIL. MEC. SEMTEC. Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Brasília, 2004.

FRERES, Helena; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Governo e empresariado: a grande aliança em prol da educação para todos. In: JIMENEZ, Susana et. al. **Marxismo, educação e luta de classes**: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos. Fortaleza: EDUECE/IMO, 2010.

LIMA, Marteara Ferreira; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **O complexo da educação em Lukács**: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. In: *Educ. rev.* [online]. 2011, v. 27, n. 2, pp. 73-94. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n2/a05v27n2.pdf>. Acesso em: 27/10/2012.

MESZÁROS. **A crise estrutural do capital**. In: Outubro-Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 4. 2000.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Neto. **Economia política**: uma Introdução Crítica. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil**. Especial para “Gramsci e o Brasil”, UFF, 2000.

SANTOS, Deribaldo. **A Problemática Histórica do Dualismo Educacional**: De Nilo Peçanha a Jarbas Passarinho. In: Encontro Regional sobre Formação e Prática Docente, 2005. (Texto digitalizado)

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas Neoliberais para o Ensino Profissional: como fica o CEFET/CE? In: JIMENEZ, Suzana Vasconcelos; SILVA, Marcus F. Alexandre da (Org.). **Políticas Públicas e Reprodução do Capital**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Graduação Tecnológica no Brasil**: crítica à expansão do ensino superior não universitário. 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

\_\_\_\_\_; COSTA, Frederico. A crise estrutural do capital: o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. In: SANTOS, Derivaldo; COSTA, Frederico; JIMENEZ, Susana (Orgs). **Ontologia, estética e crise do capitalismo contemporâneo**. Fortaleza/Campina Grande: EdUECE/EdUFCG, 2012.

\_\_\_\_\_; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das dores. Sorria! Você está sendo “educado para o trabalho”: uma análise crítica da expansão da graduação tecnológica brasileira. In: SANTOS, Derivaldo; JIMENEZ, Susana; QUIXADÁ, Viana M. C.; RABELO, Jackeline (Orgs). Fortaleza: EdUECE, 2012 (**No prelo**).

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como o princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999a.

\_\_\_\_\_. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 5.ed. Campinas, SP: Autoras Associados, 1999b.

TONET, Ivo. Educação e formação humana. Artigo. In: **Marxismo, educação e luta de classes**. JIMENEZ, Susana e outros (Orgs). Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/> acesso em 20/10/2012.





